

Sintef-GO Pergunta, Candidato Responde!

Candidata, o Sintef-GO, comprometido com princípios presentes no seu Estatuto, tem buscado assegurar a defesa das instituições que integram a Rede Federal e seus servidores técnico-administrativos e docentes, bem como o avanço da democratização das mesmas. A atual eleição em curso no IFG para Reitoria e Direção Geral de Campus demanda da parte do Sintef-GO a cobrança de posicionamentos dos candidatos e candidatas acerca de um conjunto de temas que interessam aos servidores, aos estudantes e à comunidade em geral. Nesse sentido, foi criado o projeto "Sintef-GO Pergunta, Candidato Responde!" para contribuir com o debate e esclarecimento junto aos segmentos internos e à comunidade acerca de questões que dizem respeito ao presente e futuro da instituição. Em razão das restrições apresentadas no Regulamento das Eleições, neste pleito não será autorizada a realização de debates propostos por parte das entidades estudantis e movimentos sindicais. Desse modo, a alternativa encontrada foi elaborar perguntas, organizadas em formulário do Google, as quais foram enviadas a todos os(as) candidatos(as) à Reitoria e à Direção Geral de Campus no mesmo horário, com limite de 500 caracteres por resposta.

Para a formulação das questões foram levados em conta assuntos que têm sido acompanhados pelo Sindicato ao longo do tempo e, de modo específico, temas indicados por servidores/as e discentes em formulário elaborado pelo Sintef-GO e pelas Seções Sindicais do SINASEFE de Formosa e de Jataí, posteriormente divulgado junto aos servidores e comunidade pelo site do Sintef-GO no mês de abril/2021.

As respostas apresentadas pelas candidatas não receberão qualquer interferência por parte da Diretoria do Sintef-GO, sendo da inteira responsabilidade das candidaturas a revisão e coesão das ideias e de linguagem. As respostas serão disponibilizadas no site do Sintef-GO, como contribuição ao debate, reflexão e, conseqüentemente, posicionamento dos/as servidores/as em face das candidaturas em disputa.

O formulário com as perguntas será enviado aos candidatos na tarde do dia 08 (terça-feira) e será recebido com as respostas até as 18h do dia 10 (quinta-feira) de junho. A postagem na página do Sintef-GO será realizada no dia 11 (sexta-feira) de junho.

E-mail *

fabianereitora@gmail.com

Como você se posiciona acerca da bandeira de defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, laica, inclusiva e socialmente referenciada?

Essas são nossas bandeiras e são princípios inarredáveis que balizam nosso projeto. O IFG, assim como toda a Rede Federal, tem esses valores como básicos. Nosso compromisso é realizar uma gestão democrática e participativa que se pautar por esses princípios e que busque construir condições de afirmá-los e efetivá-los coletivamente e em todas as dimensões que constituem a instituição.

Qual seu posicionamento frente os ataques do Governo Federal contra a autonomia curricular, pedagógica, administrativa e financeira do IFG?

Somos terminantemente contra! Os diversos projetos nesse sentido apresentados pelo Governo Federal são uma afronta à sociedade e à educação pública nos moldes que defendemos. Esses projetos representam a inviabilização dos IFs, a implementação de uma educação tecnicista que aprofunda as desigualdades sociais e a abertura definitiva para políticas que visam à privatização dos espaços públicos ligados à educação, ciência e pesquisa. Enfrentar esses ataques vai ser central na nossa gestão.

Qual é a disposição de conduzir a gestão da Instituição pautando-se nos documentos institucionais construídos nos Congressos (Institucionais) do IFG?

Nos dispomos a defender essa construção coletiva, como também pretendemos avançar no que pudermos, assim como buscaremos a efetivação de nossos regramentos. A gestão democrática e participativa é por onde nos guiaremos nos próximos anos, se nossa candidatura for eleita.

Você possui compromisso com gestão democrática institucional? Se sim, como pretende materializar essa concepção de gestão democrática?

Sim, esse compromisso é basilar em nosso projeto de ação para a instituição. Pretendemos materializar a gestão democrática, e também participativa, ampliando e aprofundando o diálogo com a comunidade, melhorando instâncias já existentes, mas também, a partir da consulta à comunidade, criar novos espaços institucionais para esse diálogo.

Qual o seu posicionamento e visão acerca da questão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão? Na sua visão, que relação esta questão guarda com o cumprimento da função social que o IFG pode e/ou deve desenvolver?

A indissociabilidade se faz presente desde nosso documento de criação dos Institutos federais até os últimos documentos institucionais que a comunidade constituiu em nosso último congresso institucional. Sem uma relação aprofundada e horizontalizada desse tripé, a função social que nos referenda e que temos como um princípio estará ameaçada.

Do seu ponto de vista, qual posicionamento a Instituição deve assumir quanto aos interesses do chamado “mercado” e àqueles vinculados aos/às trabalhadores/as?

Nossa instituição tem a função social como elemento norteador da relação com a classe trabalhadora e foco em uma formação crítica e autônoma de nossos estudantes e pesquisadores. Educamos para a cidadania e para o mundo do trabalho. Fazemos formação para a sociedade, mas não para o mercado. Podemos dialogar com o mercado desde que nos interesse, porém jamais devemos ser pautados por ele.

Como você vê a questão da defesa de uma educação inclusiva, apoiada na formação integrada e emancipatória?

Esse é um grande compromisso que guia nossa campanha e um desafio que temos pela frente. A formação integrada é uma conquista nossa que não desejamos apenas manter, mas melhor qualificar em nossa compreensão e nossa oferta educacional. A questão da formação emancipatória, como podem observar em nosso projeto, norteia todo o nosso entendimento desse espaço de excelência que é o IFG.

Como você vê a questão da igualdade étnico-racial, de gênero e de diversidade de orientação sexual na Instituição?

Trata-se de pautas cujas políticas precisam ser construídas com a participação direta de estudantes e com base no acúmulo dos movimentos sociais e populares que têm feito essas defesas na sociedade. É preciso fortalecer a CPPIR, ampliar e consolidar Núcleos de Estudos AfroBrasileiros e Indígenas, criar a Comissão e Núcleos de Estudos de Gênero e Diversidade Sexual e, a partir de um planejamento integrado, capilarizar ações de inclusão e combate à desigualdade em todos os campi e na reitoria.

Na sua visão, sobre quais bases devem ser estabelecidas as relações entre Reitoria e Direção Geral de Campus? Entre políticas institucionais e gestão local?

Acreditamos que o diálogo entre reitoria e câmpus é central na compreensão da efetivação da gestão democrática. Vale lembrar que tanto a Reitoria como a Direção Geral são cargos eletivos que devem representar a vontade da comunidade. Essa articulação da instituição, fortalecendo sua estrutura multicampi, é algo que defendemos e que vem aparecendo em nossas visitas aos câmpus. A descentralização, por exemplo, é pauta comum no processo de escuta que estamos realizando.

Qual a sua visão acerca das 30h e flexibilização do trabalho do servidor técnico-administrativo em educação? Qual a sua posição acerca da terceirização técnico-administrativa na Instituição? Quais as suas propostas acerca da jornada de trabalho do servidor técnico-administrativo em educação?

As 30 horas são uma conquista dos servidores, a perda dela é um retrocesso. Confrontar isso é uma pauta nossa, pois temos que avançar na compreensão do trabalho do profissional da educação e suas possibilidades, como a extensão e pesquisa, por exemplo. Somos contra a terceirização, que representa um ataque aos direitos trabalhistas adquiridos e a precarização do trabalho. Nossa pauta é que avancemos na conquista de direitos. Queremos buscar uma solução juntamente com os servidores.

Quais são suas propostas para estimular a capacitação e ampliar as possibilidades de qualificação dos servidores técnico-administrativos e docentes no IFG? Como você avalia a participação destes servidores nas ações de ensino, pesquisa e extensão?

O processo formativo dos servidores técnico-administrativos é tanto um direito do(a) trabalhador(a) quanto condição para a oferta de uma educação de qualidade. Durante a campanha o assunto ganhou grande relevância e estamos comprometidos em realizar, por meio da escuta a esses(as) servidores(as), um diagnóstico minucioso da questão, fomentar a rediscussão dos documentos e regulamentos na direção de desburocratizar os fluxos para ampliar as possibilidades de sua atuação na pesquisa e extensão.

Sabemos que a oferta de ensino com qualidade necessita, dentre outros aspectos, de infraestrutura e equipamentos adequados. Como você objetiva equacionar a desigualdade que ainda persiste entre os câmpus em relação a esses aspectos e garantir a consolidação do processo de expansão com qualidade do IFG?

Precisamos efetivar uma horizontalidade de relações e consolidação entre os câmpus. Esse é um tema difícil no que diz respeito ao financiamento de investimentos e manutenção. No entanto, a luta permanente frente às entidades governamentais será constante e de forma muito aguerrida. E, para isso, esperamos a parceria com as entidades que representam a comunidade. Essa é uma luta nossa, por mais árdua que se apresente.

Qual a sua posição acerca da Reforma Administrativa proposta pelo Governo Federal? Caso essa “reforma” seja aprovada, você tem uma leitura de cenário futuro que ela acarretará na Rede Federal e no IFG?

Somos contra esse desmonte do serviço público chamado Reforma Administrativa. Isso é o avanço galopante do neoliberalismo sobre o Estado, é a intensificação da destruição dos direitos trabalhistas. A Reforma Administrativa é só mais uma das pedras que vêm sendo colocadas em nosso caminho, assim como diversas outras, entre as quais a EC 95 e a Reforma Trabalhista. A leitura é que precisamos nos organizar para nos defender e defender a educação.

Como você avalia as orientações e políticas institucionais vigentes para a manutenção do diálogo com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais?

Sempre é possível aprofundar o diálogo com esses arranjos, respeitando, inclusive, as particularidades de cada Câmpus. Necessário, inclusive, que nos reconheçamos como interlocutores importantes nos projetos de desenvolvimento local; não apenas como quem precisa responder às demandas, mas com capacidade de contribuir na formulação desses projetos. Apoiamos e queremos consolidar os núcleos do Observatório do Mundo do Trabalho nos câmpus e, a partir deles, considerar nossas ações e ofertas.

Qual sua posição sobre a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência no IFG? Qual sua compreensão sobre os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidade Específicas (NAPNEs)?

Declaramos nosso compromisso com a manutenção e aprimoramento das estruturas físicas, de pessoal, equipamentos e materiais de acessibilidade, para a superação das barreiras à inclusão, e com a criação de uma política anticapacitista. Os NAPNEs são para nós uma instância essencial à efetivação da inclusão e promoveremos ações que consolidem e fortaleçam esse setor e outros, como os CAEs, que lidam diretamente com as vulnerabilidades socioeconômicas e com as necessidades educacionais específicas.

Qual a sua posição acerca de propostas como o Future-se e a Portaria 983/2020? Quais as suas propostas acerca da jornada de trabalho do servidor docente?

Compreendemos que propostas como o Future-se são bastante danosas, não só à constituição dos Institutos Federais, mas à educação pública como um todo. É o avanço do projeto privatista. A Portaria 983 segue a mesma lógica de desmonte dos Institutos Federais, ataca nossa autonomia, ameaça a indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão, aumenta nossa carga horária mínima, sem uma CH máxima. Além disso, ao cotejarmos a portaria com diversas normativas, verificamos que traz muitas ilegalidades.

Quais ações você destacaria como prioridade para garantia e aprimoramento das políticas de permanência e assistência estudantil?

É necessário avançarmos na construção de uma rede de políticas de assistência estudantil dentro do IFG. Uma construção que requer atenção e zelo que vão desde a desburocratização na formulação dos editais, o estabelecimento de auxílios que permitam que os e as estudantes priorizem efetivamente sua formação e nela se mantenha. É parte dessa questão também a melhoria das estruturas físicas dos câmpus, de modo que favoreçam a permanência estudantil.

Em sua opinião, quais ações institucionais podem ser adotadas com vistas à minimizar as assimetrias apontadas por muitos servidores nas relações de trabalho entre docentes e técnico-administrativos?

Nossa candidatura é comprometida com as pautas e conquistas históricas dos trabalhadores da educação e sua valorização no enfrentamento de contradições inerentes à expansão da Rede e que acirram essas assimetrias. Reconhecemos que é preciso, sobretudo, discuti-las no interior da instituição e formular políticas de pessoal que valorizem e incorporem no projeto institucional as pluralidades, diferenças nos perfis e trajetórias dos(as) servidores que dão sentido ao cotidiano institucional.

Caso seja eleito(a), como objetiva estabelecer/manter a relação com as entidades estudantis e os movimentos sindicais?

Queremos estabelecer a melhor relação possível, de diálogo permanente, de uma construção coletiva na prática. Não só estaremos de portas sempre abertas, mas pretendemos criar melhores espaços para as representações de classe de nossa comunidade. Compreendemos que essas entidades são parceiras em uma efetivação da gestão participativa.

Caso seja eleito(a), você confirma o compromisso de respeitar o resultado das urnas?

Confirmamos o compromisso de respeitar o resultado das eleições. Somos contra as intervenções que as instituições de ensino vêm sofrendo. Respeitamos e defendemos a autonomia institucional e a vontade da comunidade. Vale frisar que não fazemos apenas uma consulta e sim eleições para escolher nossos gestores. Por isso a importância de que cada servidor, servidora, estudante participe desse processo opinando, discutindo e votando no programa que considere melhor para o IFG na atual conjuntura.

Google Formulários